

## Socialistas querem "apertar o cerco" às organizações de lutas entre animais

O PS quer que seja aprovada legislação que "aperte o cerco" às organizações de lutas entre animais e que reforce as medidas de apoio e de protecção aos animais de companhia.



PROJECTO APRESENTADO NA ASSEMBLEIA

## Novo líder promete reorganizar PDA

*Para voltar a ser uma força participativa*

José Ventura comprometeu-se a reorganizar o partido nos próximos seis meses.

O novo líder do Partido Democrático do Atlântico (PDA), José Ventura, comprometeu-se ontem a reorganizar o partido nos próximos seis meses para este voltar a ser uma força interveniente na sociedade açoriana.

Escolhido quinta-feira à noite para substituir Joaquim Cabral na chefia do único partido português fundado nos Açores, José Ventura prometeu uma reestruturação de baixo a cima.

Fora das últimas eleições legislativas e autárquicas, o PDA ficou inactivo com a demissão de Joaquim

Cabral que se afastou por uma assumida incapacidade de mobilização eleitoral.

O novo líder é um antigo militante do partido que nos últimos anos se tem empenhado na actividade da Associação de Amizade Açores-Timor.

A sua acção vai ser acompanhada por um Conselho Consultivo, órgão criado no congresso realizado quinta-feira.

A reunião magna dos democratas do Atlântico marcou um novo congresso para Fevereiro, data em que o novo líder terá concluído o processo de reorganização que inclui o saneamento da situação financeira do partido.

Nesse congresso será, nomeadamente, definida a linha de estratégia a adotar nas eleições de 2004 para o Parlamento açoriano.



LUSA/João Relvas

No debate, a oposição acusou o PSD de incoerência e irresponsabilidade.

## Alcoolemia fica nos 0,5 gramas

*PSD irredutível apesar das críticas da oposição*

PSD e PP manifestaram-se ontem irredutíveis em repor a taxa de alcoolemia permitida aos condutores nos 0,5 (gramas por litro de sangue), apesar das sucessivas acusações de incoerência e irresponsabilidade que saíram das bancadas da oposição.

Num debate morno e sem novidades, a oposição tentou explorar o que disse ser a incoerência do PSD por ter concordado em Outubro passado com a criação de uma comissão que estudasse cientificamente o impacto do álcool na condução, vindo agora repor a taxa de 0,5 sem terem sido realizados os mesmos estudos.

PSD e PP alegaram as recomendações da União Europeia, que permite os 0,5<sup>a</sup>, e o caso da Inglaterra, onde a taxa é de 0,8 gramas e a sinistralidade rodoviária reduzida, para sustentar a inutilidade de uma comissão e a eficácia da taxa de 0,5, mas tiveram alguma dificuldade em explicar a mudança de posição.

No passado, o PS foi acusado de hesitação e até de incoerência.

Mas a partir deste momento qualquer suspeita de incoerência mora irremediavelmente do lado do PSD e PP<sup>a</sup>, acusou o deputado socialista Vitalino Canas, para quem é um dever de consciência do Par-

lamento saber o alcance das decisões que toma.

Na anterior legislatura, o governo PS decidiu reduzir a taxa de alcoolemia de 0,5 para 0,2. A decisão levantou polémica, com a direita parlamentar a acusar os socialistas de avançarem com uma medida sem terem dados científicos que demonstrassem a sua eficácia.



**PSD e PP alegaram recomendações da UE que permite os 0,5 e o caso da Inglaterra onde a taxa é de 0,8.**

Pouco depois dos 0,2 estarem em vigor, e dado o avolumar da polémica, o PS veio suspender a aplicação da taxa por 10 meses, propondo a criação de uma comissão que realizasse os estudos científicos sobre o efeito do álcool na condução. PSD e PP, na altura, aprovaram a comissão.

Já no governo, e cumprindo uma promessa eleitoral de Durão Barroso, o PSD apresentou à Assembleia da República um projecto para pôr fim à suspensão e repor os 0,5, diploma que, juntamente com o do PS (que exige a comissão) e do BE (que quer a reposição dos 0,2), esteve em debate.

A defesa do projecto do PSD ficou a cargo do deputado Ribeiro dos Santos que deixou escapar a necessidade de ser feito um diagnóstico e a opinião de que sem a aceitação do público, o limite de 0,2 não é eficaz.

## breves

### TC critica contas de 2000



A informação sobre a despesa e a receita públicas de 2000 tem falhas de fiabilidade, credibilidade e consistência, aponta o Tribunal de Contas (TC) no seu parecer ontem divulgado sobre a Conta Geral do Estado daquele ano.

O TC elogia a disponibilidade mensal dos dados da despesa do Estado, mas sublinha que a despesa continua a não se revelar fiável, pelo que aconselha a revisão dos procedimentos de contabilização e reunião dos dados.

Do lado da receita a situação é ainda de maior gravidade ao nível da falta de consistência e credibilidade.

Pode ler-se no parecer oficial que se verificou uma melhoria acentuada na execução da receita pública, embora lhe falte um carácter sistemático.

### Greve de fome



O ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce, afirmou ontem, em Coimbra, não estar disposto a receber o presidente do Instituto Jean Piaget, que desde segunda-feira está em greve de fome junto ao Ministério. Oliveira e Cruz encontra-se em greve de fome pela recusa do Governo em homologar cursos de enfermagem e em autorizar a abertura de novas escolas de saúde da instituição, admitindo manter o protesto até que o Governo decida encontrar uma solução para o caso. Não estou (disponível para o receber), estou disponível para tratar todas as instituições de maneira igual, sejam elas quais forem, frisou Pedro Lynce.



## CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

AVISO N. 249/2002

**ARRAIAL DO MONTE  
14 e 15 de AGOSTO**

**ARREMATÃO DOS ESPAÇOS  
DE COMES E BEBES E CARNES VERDES**

Para conhecimento de todos os interessados, e tendo em vista uma melhor organização e distribuição dos vendedores, torna-se público que a arrematação dos locais de venda para **comes e bebes** (bolo do caco, frango, etc.) e **carnes verdes**, para o arraial do Monte, que se realizará nos dias 14 e 15 de Agosto, será no dia **14 de Julho de 2002** (domingo) pelas 9h30, no Largo da Fonte, freguesia do Monte.

Mais informamos que a base de licitação será no valor de **100€ euros sujeito a lances n.º inferiores a 5 euros**.

Os requerimentos para **Licenças Policiais** e para todas as **actividades n.º sujeitas a arrematação** (Novenas e Arraial), deverão dar entrada na Divisão de Fiscalização Municipal até às **17h30 do dia 31 de Julho de 2002**.

**São ser, admitidos, portadores de cartão de Vendedor Ambulante e/ou Feirante.**

Funchal e Paços do Município, aos 20 de Junho de 2002

O Chefe de Divisão, por subdelegação de competências do Senhor Vereador do Pelouro da Fiscalização Municipal

**António Pereira Neto**